

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

2



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
2**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-050-6

DOI 10.22533/at.ed.506191601

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Espaço urbano. 3. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 2, apresenta 24 capítulos sobre os aspectos relevantes do espaço urbano das cidades brasileiras apresentando uma diversidade de pressuposições. Os capítulos exibem a preocupação em relatar as particularidades de caráter social, econômico, político e cultural sob as diferentes perspectivas dos autores que disponibilizaram seus estudos nesta obra.

Os capítulos se dedicam a apresentar estudos atuais como as cidades inteligentes e o potencial para desenvolvimento urbano, o direito a cidade e a crise do capital, sustentabilidade nas cidades, as comunidades tradicionais e as suas distinções culturais no campo, representações sociais nas cidades e o Patrimônio histórico com significados normativos e sociais no espaço urbano.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e peculiaridades do espaço urbano e suas pressuposições. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SMART CITIES NO BRASIL - REALIDADE OU AINDA SONHO?	
<i>Patrícia Pacheco Alves de Oliveira</i>	
<i>Hugo Bona de Carvalho</i>	
<i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916011	
CAPÍTULO 2	13
CITY MARKETING, TURISMO E IDENTIDADE: ENTRE A PERCEPÇÃO E A POTENCIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DA VILA DE PARANAÍACABA	
<i>Fernanda Figueiredo D'Agostini</i>	
<i>Tania Cristina Bordon Miotto Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916012	
CAPÍTULO 3	24
O DIREITO À CIDADE NO PROJETO ORLA	
<i>Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares</i>	
<i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916013	
CAPÍTULO 4	37
A CRISE DO CAPITAL E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE	
<i>Rayssa Bernardino de Lacerda</i>	
<i>Maria de Lourdes Soares</i>	
<i>Edna Tânia Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916014	
CAPÍTULO 5	47
RELAÇÕES HUMANAS E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A REALIDADE DAS CIDADES	
<i>Elisângela Artmann Bortolini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916015	
CAPÍTULO 6	60
IMPACTOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE MANGUINHOS (SERRA/ES): UM ESTUDO DE CASO	
<i>Pauliane Gonçalves Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916016	
CAPÍTULO 7	84
PRODUZIR CONVENCIONALMENTE OU INOVAR? O MAPA DA ACEITAÇÃO: A SUBJETIVIDADE EM JOGO - ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE DIAMANTE D'OESTE PARANÁ	
<i>Andre Luiz de Souza</i>	
<i>Miguel Ângelo Lazzaretti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916017	

CAPÍTULO 897

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: SINGULARIDADE DA EXISTÊNCIA E CONFLITOS COM O AGRONEGÓCIO

Anatália Daiane de Oliveira Ramos
Cristiano Apolucena Cabral
Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo
Edson Caetano

DOI 10.22533/at.ed.5061916018

CAPÍTULO 9 109

MESSIANISMO E CANGAÇO DESVENDADOS EM VERSO E PROSA

Dora Vianna Vasconcellos

DOI 10.22533/at.ed.5061916019

CAPÍTULO 10 120

NOS RASTOS DA FEIRA INTERNA E EXTERNA

Thiago Oliveira da Silva
Anderson Przybyszewski Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160110

CAPÍTULO 11 129

DA ILHA A METRÓPOLE: PARTICULARIDADES E CONSEQUÊNCIAS DE UM PERCURSO CERCADO DE PERSPECTIVAS, DESILUSÕES E DISTINTAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Clícia Danielly Barbosa Alcântara
David das Neves Aires
Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia

DOI 10.22533/at.ed.50619160111

CAPÍTULO 12 140

CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES CONTRÁRIAS À MINERAÇÃO DE OURO EM PARACATU, MG

Luís Fernando Silva Andrade
André Luiz de Paiva
Valderí de Castro Alcântara
Flávia Luciana Naves Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160112

CAPÍTULO 13 159

O CENÁRIO HABITACIONAL E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DO IDOSO BRASILEIRO

Eleusy Natália Miguel
Simone Caldas Tavares Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160113

CAPÍTULO 14 170

A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA: QUILOMBO BOA VIDA MATA CAVALO

Elen Carolina Martins
Marluce Aparecida Souza e Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160114

CAPÍTULO 15..... 185

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA DOCUMENTAL EM RUAS COMERCIAIS DE INTERESSE HISTÓRICO: O CASO DA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS EM LONDRINA-PR

Eloisa R. Ribeiro Rodrigues

Elisa Roberta Zanon

Letícia Cabrera

DOI 10.22533/at.ed.50619160115

CAPÍTULO 16..... 202

O MERCADO IMOBILIÁRIO COMO DOCUMENTO: O CASO DO APARTAMENTO CONTEMPORÂNEO DO SÉCULO XXI NA CIDADE DE SÃO PAULO

Gabriela Tiemi Minagawa Yokota

Sandra Regina Casagrande de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.50619160116

CAPÍTULO 17 221

BOA ESPERANÇA ONTEM E HOJE: A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE FURNAS.

João Paulo Chagas Maia Vilela

Mauro Santoro Campello

DOI 10.22533/at.ed.50619160117

CAPÍTULO 18..... 237

IMAGEM E ARQUITETURA: DIÁLOGOS ENTRE IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL NAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS EM PALMAS – TO

Thiago Henrique Omena

Bruna Coelho Alves Meneses

Estéfani Marx

Lourranny Parente Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160118

CAPÍTULO 19 253

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: DOCUMENTO E INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

Claudiana Cruz dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.50619160119

CAPÍTULO 20 270

MOTIVOS PARA INVENTARIAR O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ASSIS BRASIL – 1942, NA CIDADE DE PELOTAS/RS

Lisiê Kremer Cabral

Ana Lúcia Costa de Oliveiras

DOI 10.22533/at.ed.50619160120

CAPÍTULO 21..... 282

A RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO REVITALIZADO

Ana Estela Vaz Xavier

Marina Xavier Carpena

DOI 10.22533/at.ed.50619160121

CAPÍTULO 22	297
O PATRIMÔNIO URBANO E ARQUITETÔNICO DA PEQUENA CIDADE DO OESTE PAULISTA: DA PERCEPÇÃO DO LUGAR PRATICADO AO PROJETO DE INTERVENÇÃO	
<i>Hélio Hirao</i>	
<i>Matheus Alcântara Silva Chaparim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160122	
CAPÍTULO 23	308
AS FONTES DOCUMENTAIS PARA CONHECIMENTO E ENTENDIMENTO DA CIDADE: A LEITURA DA MORFOLOGIA URBANA DA RUA MARECHAL DEODORO ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS / LEGISLATIVOS - JUIZ DE FORA/MG	
<i>Daniel de Almeida Moratori</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160123	
CAPÍTULO 24	321
A VERTICALIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO HORIZONTAL COMO RESULTADO DA ATUAL CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE TERESINA-PI	
<i>Giesse Monteiro Alves de Andrade</i>	
<i>Gustavo Borges Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160124	
SOBRE A ORGANIZADORA	335

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: SINGULARIDADE DA EXISTÊNCIA E CONFLITOS COM O AGRONEGÓCIO

Anatália Daiane de Oliveira Ramos

Universidade Federal de Mato Grosso,
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em
Educação, Cuiabá- MT.

Cristiano Apolucena Cabral

Universidade Federal de Mato Grosso,
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em
Educação, Cuiabá- MT.

Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo

Universidade Federal de Mato Grosso,
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em
Educação, Cuiabá- MT.

Edson Caetano

Universidade Federal de Mato Grosso, Docente
do Programa de Pós-Graduação em Educação,
Cuiabá- MT.

RESUMO: Esse trabalho é uma breve discussão acerca dos povos indígenas e comunidades tradicionais – que possuem uma forma singular de produção da existência – e os conflitos gerados com/pelo agronegócio. Essa temática vem sendo discutida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre o assunto em questão, na qual conclui-se que os povos indígenas e as comunidades tradicionais são alvos das violências econômica-patrimonial, física e

emocional, direcionadas pelo agronegócio e pela lógica do modo de produção capitalista. No entanto, esses povos e comunidades têm resistido, mantendo suas formas de produção da existência, baseadas no respeito ao ser humano e à natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Povos indígenas e comunidades tradicionais. Existência. Conflitos. Agronegócio.

ABSTRACT: This work is a brief discussion about indigenous peoples and traditional communities - who have a unique way of producing existence - and the conflicts generated by / for agribusiness. This subject has been discussed by the Group of Studies and Research on Labor and Education (GEPTE) of the Postgraduate Program in Education (PPGE) of the Federal University of Mato Grosso (UFMT). It is a bibliographical review on the subject in which it is concluded that indigenous peoples and traditional communities are targets of economic-patrimonial, physical and emotional violence, directed by agribusiness and by the logic of the capitalist mode of production. However, these peoples and communities have resisted, maintaining their ways of producing existence, based on respect for human beings and nature.

KEYWORDS: Indigenous peoples and traditional communities. Existence. Conflicts. Agribusiness.

1 | INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma breve discussão acerca da existência dos povos indígenas e comunidades tradicionais e os conflitos gerados com/pelo agronegócio devido a singularidade dessa existência. Originalmente apresentado e publicado nos Anais do Seminário do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) – “Humanidades em Contexto: desafios contemporâneos (2017)” da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – o presente texto, com algumas inserções, é resultado das discussões realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE) do Programa de Pós-Graduação em Educação dessa mesma Universidade.

Os povos indígenas e as comunidades tradicionais possuem uma forma de produção da existência que respeita o ser humano e a natureza, como perceberemos na primeira parte desse texto, especialmente a partir dos estudos e ideias de Diegues *et al.* (2000). Essa existência se contrapõe ao modo de produção capitalista, que pretende dominar a tudo e a todas as pessoas.

Normalmente o agronegócio – a produção capitalista no campo – é veiculado em nosso país como uma moeda de único lado, ou seja, como algo importante para o desenvolvimento do Brasil e que traz apenas benefícios. Entretanto, sabemos que ele não o é, essa moeda tem outro lado, intencionalmente omitida. Assim, na segunda parte do capítulo, exporemos o “lado de cá” do agronegócio, a partir dos impactos aos povos indígenas e comunidades tradicionais.

A existência e resistência desses povos e comunidades frente à lógica do modo de produção capitalista têm gerado conflitos e tensões, materializadas por diferentes formas de violência: econômica-patrimonial, física e emocional. Desta forma, na terceira parte do presente texto, nos debruçaremos sobre os conflitos e a resistência dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Por fim, construiremos algumas considerações possíveis nesse momento, entendendo a necessidade de ampliação desse debate, que tem sido por vezes, omitido em nosso país.

2 | POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: RELAÇÃO COM A NATUREZA E PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA

Falar de povos indígenas e comunidades tradicionais na contemporaneidade pressupõe, mais do que em qualquer outro período, apontar suas características, sua relação com a natureza, as formas como produzem as suas existências, bem como os embates constantes e as estratégias de resistência frente às ameaças do sistema capitalista.

Gawora (2016) ao escrever sobre o redescobrimento das comunidades tradicionais, especialmente a partir do final do século XX, afirma o “[...] papel imprescindível e a

capacidade indiscutível das comunidades no fornecimento e na criação de respostas locais e regionais para crises e aberrações ficam cada vez mais evidentes” (p. 115). A importância dada a essas comunidades pode ser vista nas legislações nacionais e nos acordos internacionais, como é o caso do Decreto n. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, considerado um avanço no reconhecimento desses povos e comunidades tradicionais no nosso país.

Algumas das diferenciações desses povos e comunidades se localizam na forma como se relacionam entre si, com os outros, com a natureza e com a própria perspectiva de existência, articulando no seu cotidiano, o passado, o presente e o futuro, numa lógica diferente da que estamos acostumados no modo de produção capitalista – que muitas vezes nega o passado, vivencia o presente com base na exploração dos recursos humanos e naturais, pressupondo no futuro, o lucro cada vez maior sem medir as consequências.

Considerando os bancos de dados e acervos existentes no país, Diegues *et al.* (2000) apresentam os povos indígenas e também as comunidades tradicionais - os “[...] caiçara, açoriano, caipira, babaçueiro, jangadeiro, pantaneiro, pastoreio, quilombola, ribeirinho/caboclo amazônico, ribeirinho/caboclo não amazônico (varjeiro), sertanejo/vaqueiro e pescador artesanal” (p. 2). Esses possuem diversas características em comum, evidenciadas

- a) pela dependência freqüentemente, por uma relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida;
- b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;
- c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) pela moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados [...]. (DIEGUES *et al.*, 2000, p. 21).

Tais características demonstram a relação desses povos e comunidades com a natureza, com a terra, com o território, com a produção e transmissão de saberes e experiências. Nesse espaço onde se planta, colhe, bebe, come, abriga, as relações sociais e com a própria natureza são estabelecidas. Por isso, esse cuidado, respeito e preservação têm a ver também com a própria existência humana.

Relatos, estudos e pesquisas a esse respeito demonstram que o conhecimento da natureza e dos seus ciclos fazem com que os povos indígenas e comunidades tradicionais organizem suas vidas, seus plantios, suas festas e suas colheitas auxiliando de maneira peculiar, a existência das florestas e da vida em si. De acordo com Diegues *et al.* (2000), não é recente o conhecimento acerca do potencial desses povos e comunidades, pois seus saberes e conhecimentos sobre a diversidade biológica é parte do que a humanidade conhece hoje. Conforme os autores,

[...] os que se baseiam na ecologia social têm proposto que a biodiversidade não é um conceito simplesmente biológico, relativo à diversidade genética de indivíduos, de espécies, e de ecossistemas, mas é também o *resultado de práticas*, muitas vezes milenares, das comunidades tradicionais que domesticam espécies, mantendo e, em alguns casos, aumentando a diversidade local. (DIEGUES *et al.*, 2000, p. 9, destaque no original).

Através da oralidade e das experiências, os saberes são repassados, seja em relação ao melhor período para plantar, aos ciclos comuns das chuvas, às plantas e ervas medicinais, aos ritos e rezas para curar doenças, à transmissão do trabalho das parteiras, às festas, dentre outros específicos de cada território, povo e comunidade.

O decreto anteriormente referido, define em seu artigo 3º, inciso II, que os territórios tradicionais são “[...] os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária”. Para Souza e Brandão (2012, p. 11), o território “compreende os ambientes simbólicos, místicos, políticos e econômicos. O território nesse caso é dinâmico, os limites e as fronteiras perdem as suas características principais, dando lugar para a referência significativa na vida das pessoas”.

Krenak (2016) afirma que, no capitalismo tudo é considerado mercadoria: a terra, a água, a floresta etc. Assim, as grandes infraestruturas do capital avançam e atravessam os rios, o cerrado, o pantanal, cortam as paisagens naturais, com o que ele chama de “novas invasões dos últimos redutos dos povos indígenas e comunidades tradicionais”, destruindo a capacidade natural de manterem suas existências.

Ele evidencia ainda que o capital precisa da terra, do minério, necessita assolar os territórios para obtenção do lucro. Por isso, muitos de nós, já nascemos com a ideia de que a terra pode ser comprada/vendida, enquanto que, para os povos indígenas e comunidades tradicionais, a posse da terra significa de forma concreta, a continuidade das suas existências, estabelecendo com a natureza um outro tipo de relacionamento – embora o capital tenha investido fortemente para alterar essa concepção.

Souza e Brandão (2012) afirmam que os espaços da comunidade são aqueles da vida na cotidianidade. Normalmente nessas comunidades estão presentes os elementos do que lhes é originário, como exemplos a língua, a forma de comunicação com a natureza, o comportamento, o agir, o vestir e o falar, bem como, os vínculos com o passado e a função dos laços de parentesco existentes.

Nos povos indígenas e comunidades tradicionais alguns atos são essenciais e exprimem o modo de vida da população, como por exemplo, o modo de priorizar o trabalho familiar. Nessas, “a relação familiar é bastante valorizada, sendo pensada como uma teia de gestos sociais e simbólicos que tornam possíveis a convivência, ou seja, só se vive bem se estiverem na companhia da família” (SOUZA; BRANDÃO, 2012, p. 114).

Tomando o materialismo histórico como método, concordamos com Diegues *et*

al. (2000, p. 18) quando afirmam que,

Numa perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro mas a reprodução cultural e social como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e a dependência dos seus ciclos.

Neste sentido, os povos indígenas e comunidades tradicionais produzem sua existência em simbiose com a natureza e com os seres humanos, baseada em uma lógica que se contrapõe o agronegócio e o vê, em uma perspectiva diferente daquela veiculada e defendida pela maioria das pessoas em nossa sociedade – perspectiva que nos debruçaremos a seguir.

3 | AGRONEGÓCIO “DO LADO DE CÁ”: EXPANSÃO, PRODUÇÃO E HEGEMONIA

A história política e econômica brasileira é determinada pela sua estrutura agrária e agrícola desde a sua invasão¹, quando foi fundamentada a base de concentração fundiária, monocultivo, exploração da força de trabalho e produção direcionada à exportação. Infelizmente, estas características não mudaram com o tempo, pelo contrário, se aperfeiçoaram com o capitalismo no campo. A partir da “Revolução Verde”², obtivemos de fato características capitalistas, ao mesmo tempo em que eram supridas as demandas internacionais por produtos rurais, estruturadas pela divisão internacional do trabalho.

Nesse período a produção capitalista no campo foi sendo denominada por agronegócio, que para Fernandes e Welch (2008, p. 48)

É um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finança. O movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais commodities e atuam em diversos outros setores da economia.

Além da capitalização do território pela sua renda e especulação, o território se capitaliza com sua industrialização, tecnificação, divisão do trabalho e produção

1 Optamos por utilizar “invasão” ao invés de “descobrimento”, pois aqui já viviam povos autóctones, tornando-se necessária a conquista desse território pelos portugueses. Por isso, acreditamos que o conceito invasão se faz mais real e político.

2 “‘Revolução Verde’ é uma expressão genérica que designa o processo de mudanças tecnológicas, econômicas e sociais no rural brasileiro a partir da ampliação das políticas públicas de subsídios à agroindústria que propiciaram alterações nos padrões tecnológicos com a introdução massiva de sementes híbridas, dos agrotóxicos, dos fertilizantes de origem industrial, dos herbicidas, da motomecanização, de novos cruzamentos genéticos animais, dos hormônios para animais etc. provocando a especialização na produção, a concentração da terra e o êxodo rural”. (CARVALHO, 2005, p.221- nota de rodapé).

direcionada à expropriação de mais valia etc. Nesse período, a agricultura sai de um “certo atraso” para tornar-se análoga à produção técnico-industrial urbana. Transforma-se, assim, em um negócio mais lucrativo e melhor regulado pelo mercado nacional e internacional, especialmente por esse último. Um dos fundamentos do modo de produção capitalista é a separação entre a força de trabalho e os meios de produção e, no caso do campo, separação da terra – um dos instrumentos fundamentais (MARTINS, 1986).

Por isso, a absoluta necessidade dos capitalistas do campo em apropriar-se da terra, numa apropriação capitalista dela. Neste sentido, de acordo com Martins (1986, p. 162) “a terra assim apropriada opera como se fosse capital, ela se torna equivalente de capital e, para o capitalista, obedece a critérios que ele basicamente leva em conta em relação aos outros instrumentos possuídos pelo capital”.

Na lógica capitalista tudo possui predisposição a se tornar mercadoria e/ou de se obter lucro e, a terra não escapa dessa determinação. Assim, a concentração da terra, dividida entre os grandes proprietários fundiários, é fundamentada, determinada e intencionada pela obtenção da renda subjugada ao capital e pela mais valia retirada da expropriação da força de trabalho.

Dados dos Cadernos de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra (anos 2003 a 2010) apontam que, entre os anos de 2003 e 2010, aumentou-se a concentração de terra em nosso país. Em 2003, os minifúndios e as pequenas propriedades eram 3.878.989 proprietários espalhados em uma área de 113.168.505 hectares, sendo 27% do total da área. Em 2010, esses mesmos proprietários somavam 4.656.377 propriedades em uma área de 135.474.462 hectares, ou seja, 23,7% do total. Diminuindo assim, a concentração total da área em comparação a 2003, mesmo aumentando 777.388 proprietários. Já a grande propriedade, somava em 2003, 112.463 proprietários, que estavam espalhados em uma área de 214.843.865, isto é, em 51,3% do total. E em 2010, eram 130.515 propriedades em 318.904.739 hectares, agora sendo 55,8% do total.

Além da terra ser vista pelo seu valor financeiro e pela intencionalidade de se produzir sobre ela, o interesse pela sua concentração se relaciona também em retirar dos trabalhadores e trabalhadoras rurais a possibilidade de a adquirirem para trabalhar, uma vez que, não a possuindo serão apropriados pelos interesses produtivos do capital, que comprará sua força de trabalho, pago por um salário. Nessa apropriação existe a transformação deles e delas em mercadoria, que pode produzir mais valores sobre o produto trabalhado (MARX, 1988).

Com o capital, o capitalista domina todos os setores, os subordinando à produção, à mercantilização e ao lucro: terra, homens, mulheres, alimentos, água etc. E para se ter uma maximização de lucros, os produtos são industrializados. Assim, os produtos agrícolas, são, no agronegócio, industrializados ou produzidos industrialmente: grãos, alimentos, frango, gado, porcos, biocombustíveis, fertilizantes, adubos, rações etc (ALTIERI, 2012).

Com a presença do capital industrial no campo, ocorrem algumas mudanças tecnológicas, as quais maximizam a eficácia produtiva e aumentam os lucros. Dados do IBGE (2006) apontam, por exemplo, o crescimento do número de tratores comprados entre os anos de 1920 e 2006. Se em 1920 esse número foi de 1.706, em 2006 foi de 820.673.

Todavia, as inovações são centralizadas em poucas indústrias, por exemplo, nas sementes que passam por processo de industrialização e que pertencem a pouquíssimas empresas, todas transnacionais: Monsanto, DuPont Pioneer, Syngenta, Bayer e Dow. Esse é o oligopólio das sementes e com ele, essas empresas transnacionais determinam a uniformização das plantas. Altieri (2012), apresenta o peso e impacto dessa uniformização, já que, “em todo o mundo, 91% dos 1,5 bilhão de hectares de terras cultiváveis estão principalmente sob monoculturas de trigo, arroz, milho, algodão e soja” (p. 26).

A mecanização, a mudança genética e o desenvolvimento da agroquímica estão inerentemente ligadas tanto na oligopolização das sementes quanto na uniformização de seu plantio, trazendo diversas consequências. Altieri (2012) aponta ainda a instabilidade e a suscetibilidade a pragas e doenças, pois ao uniformizar uma grande área de plantio, os mecanismos de defesa naturais próprios da diversidade deixam de existir. Esse é um dos motivos do aumento significativo do uso de agrotóxico (veneno) nas plantações.

Londres (2011, p. 19) relata que “entre 2001 e 2008 a venda de venenos agrícolas no país saltou de pouco mais de US\$ 2 bilhões para mais de US\$ 7 bilhões, quando alcançamos a triste posição de maior consumidor mundial de venenos”. A mesma autora observa ainda que, o oligopólio também domina esse setor, pois somente seis empresas dominam mais de 50% desse comércio: Basf, Bayer, Dow, Dupont, Monsanto e Syngenta.

Há uma diversidade de venenos: inseticidas, herbicidas, fungicidas, acaricidas, nematicidas, rodenticidas, moluscicidas, formicidas. Com essas variações e com a quantidade utilizada, o solo, os fungos e as bactérias benéficas, a água, o ar, as pessoas, os animais e outros insetos e plantas são infectados.

Os transgênicos são também exemplificação da necessária agregação de capital industrial e técnico à produção agrícola. Trata-se de uma outra inovação para a maximização do lucro, já que “a tecnologia dos transgênicos é, na verdade, a evolução de um modelo de produção baseado na crescente artificialização da natureza, altamente demandante de insumos externos e venenos” (LONDRES, 2011, p. 70).

Quanto ao Estado, a sua participação é essencial em todos os processos relatados anteriormente. Não apenas para administrar as contradições entre as frações de classe capitalista (industrial, comercial e financeira), mas entre as classes expropriadoras e as expropriadas, ou seja, entre capital e trabalho. Por isso a função de instituir um conjunto normativo sobre a terra (Estatuto da Terra 4.504/1964) e sobre o trabalho (Estatuto do Trabalhador Rural 4.214/1963).

Contudo, as tentativas de apaziguamento entre as classes no campo não se reduzem à existência das leis. Os conflitos no campo se dão pela resistência das classes excluídas, exploradas e expropriadas, que lutam pela manutenção da sua própria existência e também dos territórios – que envolve toda a biodiversidade –, na contracorrente das intencionalidades do capital, conforme veremos a seguir.

4 | CONFLITOS E RESISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: ORGANIZAÇÃO E LUTAS

Desde 2008, o modo de produção capitalista vivencia uma de suas maiores crises estruturais, a crise da taxa decrescente de lucro. Os salários altos em um período de crescimento, juntamente com o aumento da mecanização dos meios de produção são dois dos fatores diretos para decrescer a taxa de lucro. Quando o capital se territorializou, não territorializou somente a indústria, mas o capital comercial e o financeiro-especulativo, ou seja, as frações do capital levaram ao campo a sua crise.

Por isso, o acesso à terra, sem a necessidade de despende capital, tornou-se mais determinante que antes. Nesse sentido, a grilagem de terras, a expulsão de povos indígenas, camponeses, camponesas, quilombolas etc. é necessidade vital ao capital no campo, e tem sido uma das estratégias levadas a sério – não somente para escapar de pagar a renda fundiária (no caso dos capitalistas) mas, para ter acesso à financiamentos, créditos e especulação fundiária (tanto para os proprietários das terras quanto para os capitalistas do agronegócio).

Contudo, esse intento de tomada ou de grilagem de terras públicas não é pacífico, pois do outro lado existem povos, comunidades, camponeses e camponesas que não querem se proletarizar ao perder suas terras e territórios. Não querem se tornar uma mercadoria viva, vendendo sua força de trabalho para serem explorados e expropriados na única finalidade da retirada de lucro do capitalista.

A terra é, para os povos indígenas e comunidades tradicionais, terra de trabalho, produtora da existência (material e imaterial), pautada numa lógica que se contrapõe à lógica do sistema capitalista. Na lógica desses povos e comunidades o excedente da produção é vendido para suprir outras necessidades. Por vezes, quando vendem seus produtos, comercializam, diretamente aos consumidores, sem a necessidade de intermediários. Tais práticas são concretizadas visando suprir as necessidades objetivas daqueles que trabalham e, por isso, inadmissíveis à lógica capitalista.

Assim, esses povos e comunidades rompem com a lógica do capital, sendo um modo não capitalista de produção, por diversos motivos, entre eles: a) possuir a própria terra; b) tê-la como terra-de-trabalho; c) possuir os próprios meios de produção; d) ter autonomia no controle da própria força de trabalho e jornada de trabalho; e) não haver ruptura entre conhecimento e prática; f) os produtos pertencerem aos próprios trabalhadores e trabalhadoras; e g) possuir autonomia na decisão no onde, quando,

como e o que plantar, bem como, no vender (CARVALHO, 2005).

Conforme dito anteriormente, o capitalismo possui a intencionalidade de transformar tudo em mercadoria, com vistas ao lucro. Assim, quando a produção dessas mercadorias lhes escapa, os capitalistas tentam possuir o domínio da circulação das mesmas e com a ajuda do Estado, normatizam padrões de produção e comercialização às pequenas produtoras e produtores para que sejam condicionados e determinados pelos imperativos do capital, mesmo que não queiram.

Assim, identificamos que o capital absorve a renda dos povos indígenas e comunidades tradicionais por meio da circulação do produto, retirando daí a mais valia. Contudo, esses povos e comunidades resistem, na tentativa de não se deixar cooptar pelos imperativos do capital tanto na produção-circulação, quanto na produção da vida imaterial. Dessa forma, terra, força de trabalho, meios de produção e produtos estão fora da esfera de domínio do capital. Destacamos que em momento de crise, um modo de produção da existência alternativo ao do capital é um perigo à própria reestruturação nos fundamentos e na conjuntura da sociedade capitalista.

Hoje, fazendeiros que vivem de renda e especulação sobre a terra, da extração de madeiras, criação de gado e mineradores são os principais sujeitos sociais que se organizam para expulsar os povos indígenas e comunidades tradicionais, já que seus territórios são possibilidades de extração desses tipos de riquezas. De outro lado tem-se ainda a compra da terra por empresários do agronegócio e, assim, a produção que se industrializa, recebendo forte presença dos capitais comerciais e financeiros.

Diante desses contextos, a violência está garantida aos povos indígenas e comunidades tradicionais que necessitam da terra e do território para produzirem a sua existência não-capitalista. Dados da Comissão Pastoral da Terra apontam que, desde 1985, 19.196 pessoas foram expulsas por fazendeiros que contrataram pistoleiros. Nesse mesmo período, 106.006 pessoas foram despejadas pelo Estado – a violência não é só privada, ela é institucionalizada e paga pelo Estado. Nesse mesmo período, 22.349.723 pessoas estiveram envolvidas em conflitos no campo. Diversas pessoas sofreram ações da pistolagem em todo o país, sendo 141.213, nos anos de 1985 a 2016. Essas ações vão desde agressões físicas e emocionais até mortes – de 1985 a 2016, 1.722 pessoas foram assassinadas.

O pensamento único de que o campo é somente um espaço de (re)produção capitalista torna os povos indígenas e comunidade tradicionais em subumanos ou em uma categoria inferior de humanidade. Neste sentido, violar sua integridade patrimonial, física e vital torna-se de forma direta ou indireta, legal ou legítima.

Entretanto, os povos indígenas e comunidades tradicionais além de não aceitarem se proletarizar, nem de se aburguesar, se negam a suprir às demandas do Mercado, a gerar renda fundiária e mais valia e, por fim, a se adequar às demandas da produção existencial da vida determinada pelo capital – eis uma das facetas da resistência desses povos e comunidades.

Mesmo sendo a força hegemônica do capital imensa, a organização contra

hegemônica à esta realidade está presente na própria produção da existência desses povos e comunidades. Assim, luta-se não somente pela terra-de-trabalho ou autonomia na produção e comercialização, mas, pela preservação da identidade. A luta pela terra é a luta política pela preservação dessa produção da existência. Além de toda essa organização em manifestações, existe a própria organização por uma Produção Associada³ e agroecológica.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma dos povos indígenas e comunidades tradicionais existir se contrapõe à lógica capitalista, uma vez que respeita o ser humano e a natureza, produzindo e transmitindo saberes e experiências, com uma percepção e relação com o território diferente da perspectiva de obtenção de lucro. Sendo assim, essa produção da existência gera conflitos e tensões, pois resistem à lógica exploradora e expropriadora do modo de produção capitalista.

O agronegócio é veiculado como algo que traz apenas benefícios para a população brasileira. Neste texto, buscamos mostrar o “outro lado da moeda”, a partir dos impactos trazidos aos povos indígenas e comunidades tradicionais, de maneira mais direta. Por meio da concentração fundiária, monocultivo, exploração da força de trabalho e produção direcionada à exportação, o agronegócio visa a separação de mulheres e homens e os meios de produção, em especial, a terra.

Além disto, o agronegócio industrializa as sementes, uniformizando-as e expande o uso de agrotóxicos (venenos), com seu poder devastador que mata não apenas às “pragas” das lavouras, mas também, os seres humanos, a biodiversidade, a própria natureza.

Entretanto, mesmo diante desse quadro, os povos indígenas e as comunidades tradicionais têm resistido, mantendo suas formas de produção da existência, buscando entre tantas outras coisas, garantir a permanência da diversidade de sementes crioulas⁴, o cuidado com a terra, respeitando a diversidade da natureza em seus diferentes ciclos.

Percebemos que a resposta produzida a essa resistência são as diferentes formas de violência direcionadas aos povos indígenas e comunidades tradicionais, entre elas, a econômica-patrimonial, a física e a emocional, as quais têm sido institucionalizadas e pagas pelo próprio Estado.

3 “A produção associada, como produto das condições históricas, é uma estratégia criada para organizar o trabalho e a vida que pode levar à emancipação do capital, a um novo projeto societário e à liberdade como sujeitos históricos. [...] A produção associada diz respeito à unidade básica do modo de produção dos produtores livremente associados” (CAETANO; NEVES, 2014, p. 602).

4 “É o material cultivado localmente, geração após geração, o que determina a sua adaptação à comunidade onde está sendo cultivado, pelos camponeses que ali habitam. [...] Como exemplo, podemos citar as diversas variedades de milho, feijão e alface, entre outros, dos quais os agricultores possuem as sementes por várias gerações, sementes que são constantemente plantadas e multiplicadas localmente” (MAICÁ, 2012, p. 701).

Não poderíamos finalizar esse capítulo sem destacar que o GEPTE/PPGE/UFMT tem sido um importante espaço de discussão e reflexão acerca da singularidade dos povos indígenas e comunidades tradicionais em sua produção da vida (âmbito material e imaterial) e, por isso, a necessidade de disseminar tal debate que, para além de denunciar as ameaças sofridas por esses povos e comunidades, também evidencia formas possíveis de resistência e existência.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: Bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRASIL, Decreto, nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 21 mar. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário, 2006**.

CAETANO, E.; NEVES, C. E. P. Entre cheias e vazantes: trabalho, saberes e resistência em comunidades tradicionais da baixada cuiabana. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 23, n. 53/2, p. 595-613, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1756/1324>. Acesso em: 19 fev. 2016.

CARVALHO, H. M. de. **Campesinato do século XXI**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo - Brasil**. Goiânia: CPT, (de 1985 a 2016).

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C. F. da; FIGOLS, F. A. B.; ANDRADE, D. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; São Paulo: USP, 2000.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M. (Org). **Campesinato e agronegócio na América Latina**. A questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GAWORA, D. O redescobrimto das comunidades. In: **POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**: contribuições para outro desenvolvimento. Montes Claros: Unimontes, 2016.

KRENAK, A. Conferência “Estado, Capital e Territórios Tradicionais”. In: **POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**: contribuições para outro desenvolvimento. Montes Claros: Unimontes, 2016.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil**. Um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011.

MAICÁ, E. D. Sementes. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 697-704.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

SOUZA, A. F. G. de; BRANDÃO, C. R. Ser e viver enquanto comunidades tradicionais. **Mercator**, Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 109-120, set./dez. 2012. Disponível em: www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/724/445. Acesso em: 9 maio 2016.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-050-6

